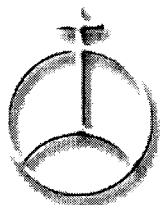


VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 6



PORTO ALEGRE
2006

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 6 – Junho de 2006

Diretor:

Regina Zilberman

Diretor Executivo:

Benjamin Abdala Junior

Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência:* Ana Mafalda Leite; Carlos Reis; Cristina Robalo Cordeiro; Elias Torres Feijó; Ettore Finazzi-Agrò; Fátima Celeste Ribeiro; Fátima Viegas Brauer-Figueiredo; Helena Rebelo; Laura Calcavante Padilha; M. Carmen Villarino Pardo; Maria da Glória Bordini; Rolf Nagel; Sebastião Tavares de Pinho; Teresa Cristina Cerdeira da Silva; Thomas Earle

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas
Endereço eletrônico: ailusit@ci.uc.pt

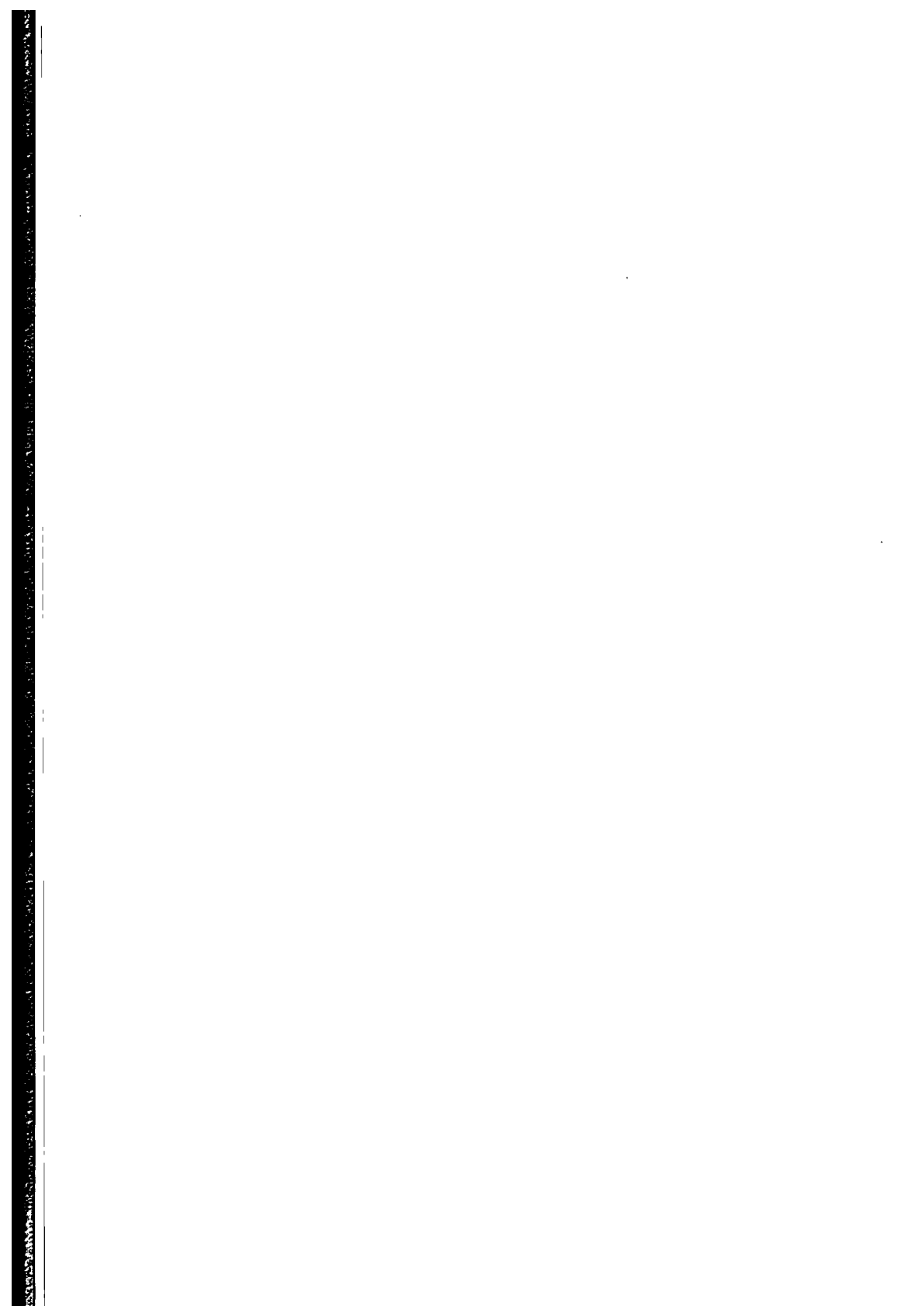
Realização:

Coordenação: Helder Macedo; Regina Zilberman
Revisão: Tania Regina Ortiz Vernet
Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

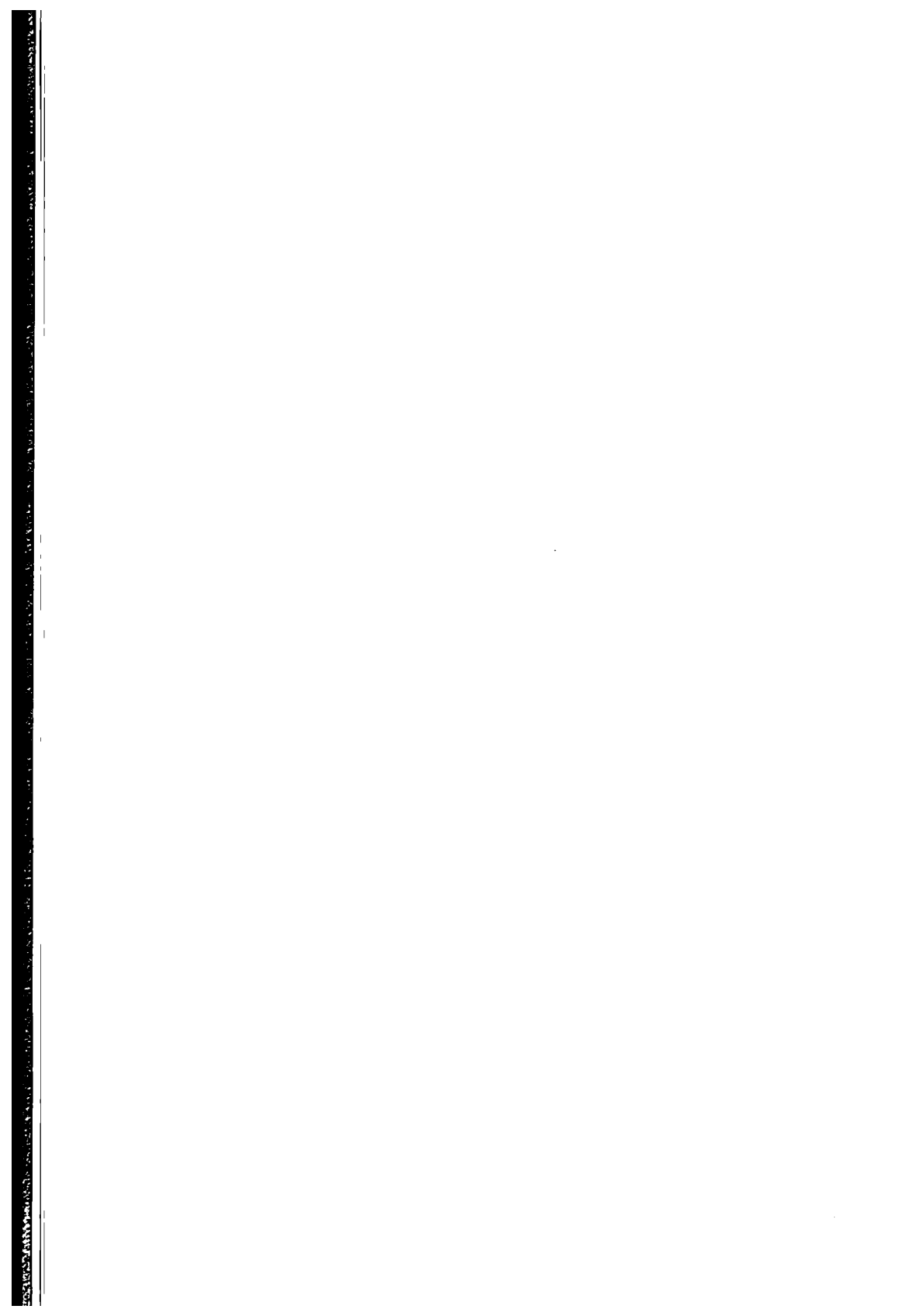
EDIPUCRS, Porto Alegre, Brasil

ISSN 0874-5102



SUMÁRIO

EDITORIAL	7
CLEONICE BERARDINELLI Gil Vicente: releituras de um texto semi-milenar	11
HELDER MACEDO Luís de Camões: o testemunho das cartas	25
CARLOS ASCENSO ANDRÉ Ao contrário de Virgílio: reflexões sobre o feminino n' <i>Os Lusíadas</i>	33
VANDA ANASTÁCIO Entre pastores e pastoras: disfarce e enigma na poesia bucólica do Século XVI	51
ANTÓNIO MANUEL LOPES ANDRADE Os Senhores do Desterro de Portugal: judeus portugueses em Veneza e Ferrara em meados do séc. XVI	65
MAURICIO MATOS <i>Cancioneirito de Ferrara</i> (1554): edição, estudo preliminar e notas	109
OS AUTORES	157



EDITORIAL

Quando, em 1502, Gil Vicente (1465?-1536?) apresenta o *Auto da Visitação* perante a Rainha D. Maria (1482-1517), esposa do Rei D. Manuel I (1469-1521), Portugal constituía provavelmente a principal potência europeia. Embora a América estivesse subordinada a Fernando de Aragão (1452-1516) e Isabel de Castela (1451-1504), os soberanos católicos da Espanha, Portugal conquistara a mais ambicionada rota comercial do período, que o conduzia às Índias e, por extensão, às riquezas da Ásia. E, sem ter ido à guerra, garantiria considerável área de terra no recentemente descoberto Novo Mundo, região que viria a garantir seu sustento econômico quando, após a Restauração joanina, em 1640, o poder do Estado lusitano não seria mais o mesmo.

A pujança portuguesa estendeu-se por algumas décadas durante o século XVI, esgotando-se por efeito da derrota dos comandados de D. Sebastião (1554-1578), em Alcácer-Quibir, em 1578, poucos anos depois de Luís de Camões (1524(?)-1580) publicar *Os Lusíadas*, celebração em versos da audácia lusitana, que, conquistando os mares, alargara notavelmente as possessões territoriais do país. De D. Manuel I a D. Sebastião, Portugal experimentou o caminho que leva do sucesso político ao fracasso militar; mas a poesia e a literatura, de Gil Vicente a Camões, nunca deixaram de se expandir e de se engrandecer.

Circunstâncias notórias da vida palaciana sugerem que a autonomia do Estado português, ainda que enraizada na conquista territorial, era precária: em 1496, os Reis Católicos levaram D. Manuel a se comprometer com a expulsão dos judeus que viviam em Portugal, muitos deles originários da Espanha, de onde tinham sido banidos em 1492. Era essa a condição para que admitissem o casamento da filha, D. Isabel (1470-1500), com o monarca português. O rei procrastina a execução desse ato radical, que arruinaria as finanças do país, optando por uma solução paliativa: a conversão deles, aceitando que permanecessem na condição híbrida e temporária de

“cristãos-novos”, até se adaptarem definitivamente à religião católica. Ao mesmo tempo, proibiu que abandonassem o país; muitos, contudo, deixaram Portugal, antes ou depois de batizados, deslocando-se na direção da Holanda ou da Itália; outros ainda permaneceram e acabaram vítimas do massacre de 1506. Com a instalação do Tribunal do Santo Ofício, em 1531, a pedido de D. João III (1502-1557), a situação dos judeus conversos tornou-se insustentável, e o êxodo foi quase total e definitivo.

O país sofreu irrecuperáveis perdas, não apenas no âmbito da economia, mas igualmente no plano literário e científico, pois os intelectuais e artistas judeus estavam integrados à vida cultural e universitária portuguesa. Entre Gil Vicente e Camões, vigorou igualmente uma pujante produção oriunda de criadores e filósofos que, obrigados a emigrar, promoveram notável cultura portuguesa no exílio, não menos importante que a que encontrava suas expressões na corte lisboeta.

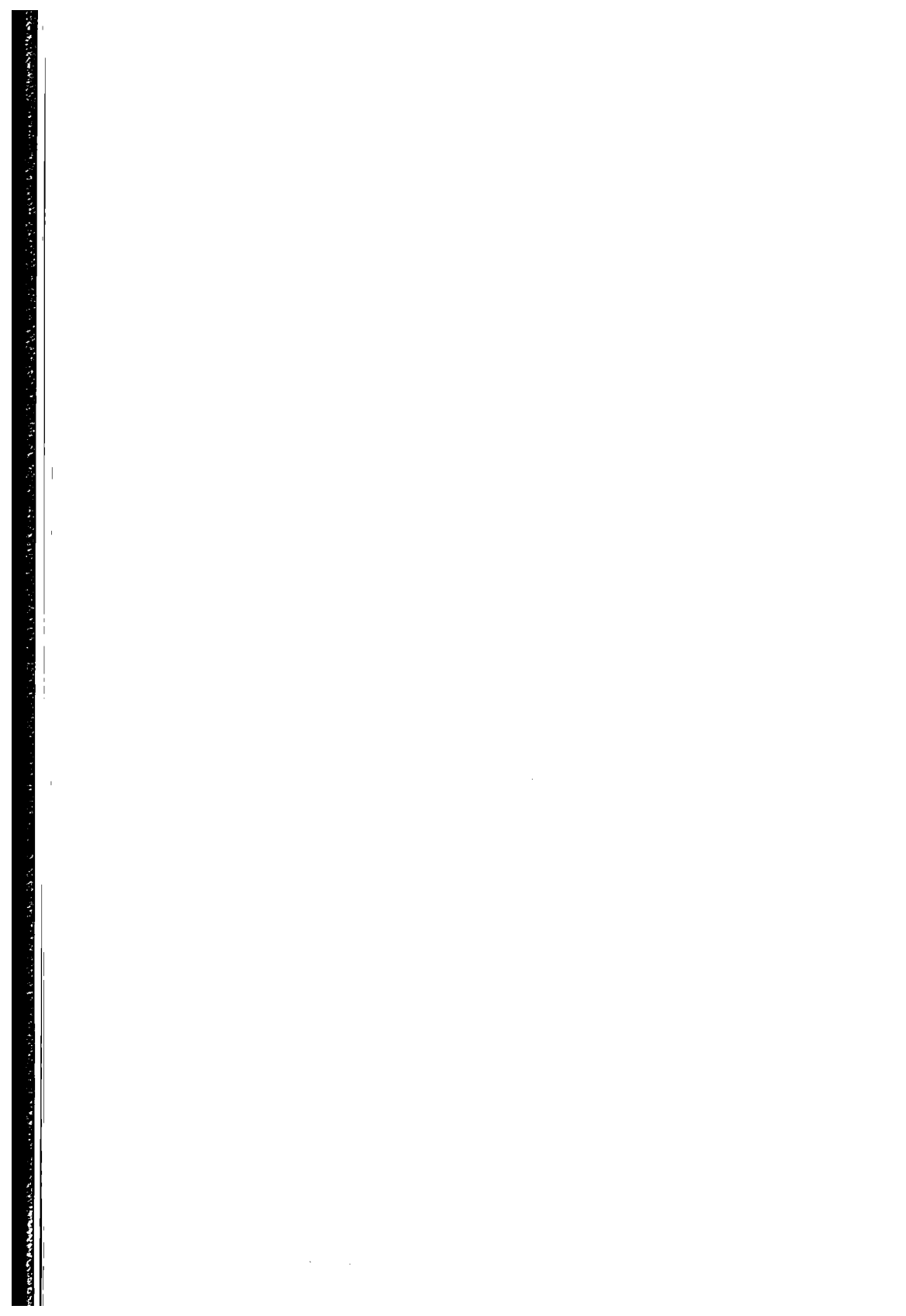
O arco de tempo que se estende de Gil Vicente a Luís de Camões engloba, assim, não apenas uma variedade de autores e de possibilidades de manifestações literárias, mas também questões e problemas com que os Estudos Literários se interrogam. Luís de Camões, principal expoente do período, foi um artista alinhado com as principais tendências do Renascimento e conhecedor profundo da poesia e da poética clássica. Mas, ao mesmo tempo, foi um homem do mundo, tendo escrito sua epopéia fora de Portugal, experimentando exílio paralelo ao de seus conterrâneos judeus.

Estes aspectos, aproximados em consequência do exame dos autores e das condições de produção do século XVI, propiciam singular conjunto de reflexões, como as procedidas pelo grupo de pesquisadores reunidos nesse número de *Veredas*, periódico da Associação Internacional de Lusitanistas. Primeiramente, porque reúne seis dos maiores conhecedores das questões propostas, pertencentes a diferentes gerações de estudiosos das literaturas em língua portuguesa: António Manuel Lopes Andrade, Carlos Ascenso André, Cleonice Berardinelli, Helder Macedo, Maurício Matos e Vanda Anastácio são indiscutivelmente conhecedores prestigiados do tema sobre o qual se debruçam. Depois, porque as abordagens buscam introduzir perspectivas novas sobre autores clássicos do porte de Ber-

nardim Ribeiro (1480s-15??) e Luís de Camões. Avulta, assim, uma visão renovadora sobre a literatura em língua portuguesa do século XVI, que, se teve seu epicentro em Portugal, não se limitou aos acontecimentos transcorridos dentro das fronteiras geográficas dessa nação.

Com a publicação desses ensaios, *Veredas* inaugura nova fase de seu modo de produção. Cada volume estará voltado à exploração de um tema nuclear, em torno do qual se apresentam os estudos individuais. Conterá, pois, com um organizador, convidado pela Direção de *Veredas* e responsável pela concretização do trabalho, com total liberdade de ação. A organização deste volume 6, de *Veredas*, contou com o apoio de Helder Macedo, cuja generosidade e sabedoria permitiram que se viabilizasse a publicação de um conjunto tão qualificado de ensaios. A ele, e aos demais colaboradores, que prontamente atenderam o convite, a Diretoria da Associação Internacional de Lusitanistas e os Editores de *Veredas* agradecem.

A Direção da Revista



Entre pastores e pastoras: disfarce e enigma na poesia bucólica do século XVI¹

VANDA ANASTÁCIO

Universidade de Lisboa

Quando abordamos a produção literária do século XVI, não podemos deixar de observar a frequência com que nela surgem as referências à Idade do Ouro e ao mundo pastoril. Um olhar sobre os textos conservados permite observar que as alusões a esse universo, idealizado pelos autores da Antiguidade (Hesíodo, Homero, Ovídio, Virgílio, etc.) não são apenas visíveis na poesia e na prosa: foram, por exemplo, incorporadas nas práticas da vida social da corte, em jogos poéticos nos quais os cortesãos surgem identificados através de nomes pastoris.²

É nesse contexto que se assiste a um verdadeiro entusiasmo pela égloga, um gênero que havia sido praticado na cultura grega e redefinido por Virgílio a partir do exemplo de Teócrito. A “moda” do bucolismo é difundida na Europa do Renascimento graças ao

¹ O texto que aqui se apresenta constitui uma refundição da comunicação apresentada no Colóquio realizado no Palácio Fronteira, Lisboa, em 1999, subordinado ao tema *Encontro sobre o Enigma*.

² Veja-se ANASTÁCIO, Vanda. *Visões de glória: uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian; FCT, 1998. v. 1. p. 400-01.

prestígio alcançado pelas obras de Dante e de Petrarca, os quais associam a écloge e o seu mundo aos valores de espiritualidade e de moralidade que atribuem à Antiguidade greco-latina. No início do século XVI, essa voga encontra a sua cristalização numa obra em língua vulgar que teve o acolhimento entusiástico de várias gerações de autores e de leitores: a *Arcádia* de Jacopo Sannazaro, um texto narrativo entremeado de éclogas em verso narrando as vicissitudes da vida amorosa dos pastores. No caso português, praticamente todos os poetas cujas obras chegaram até nós se interessaram pelo gênero, elegendo como modelos os textos de Virgílio, Sannazaro e Garcilaso de La Vega. Procuraram conciliar a herança clássica com a sua recriação mais recente levada a cabo pelo autor italiano e pelo seu imitador peninsular, e constroem os seus textos tendo em vista destinatários privilegiados, capazes de decifrar as menções veladas a acontecimentos e a personagens reais que disseminam nas suas éclogas. É sobre esse pressuposto de que as éclogas quinhentistas se dirigem preferencialmente àqueles que partilham com o seu autor um mesmo círculo social e um mesmo saber que gostaríamos de centrar a nossa reflexão.

Entre as epístolas familiares de Francesco Petrarca encontra-se um texto, datado de 2 de dezembro de 1349, que constitui um marco fundamental na definição da écloge. Trata-se de uma carta dirigida ao irmão, Gherardo, o qual optara pela vida religiosa e vivia, na época, recolhido na Cartuxa de Montrieux. Nessa carta, depois de tecer algumas considerações acerca do estilo dos padres da Igreja e das relações entre a poesia e a teologia, Petrarca conta de que modo e em que circunstâncias se decidira a redigir as doze éclogas latinas que compõem o seu *Bucolicum Carmen*.

Nas suas palavras, esses textos resultaram, por um lado, da influência exercida no seu espírito por um lugar ao ar livre, no recato dos bosques³ e, por outro, do “afeto extremamente urgente” que esse ambiente campestre lhe inspirara, compelindo-o a escrever, na

³ Eis as suas palavras: “*Ipsae autem loci habitus et recessus nemorum, quo me sepe curis gravidum lux oriens urgebat et unde me sola nox rediens pellebat, ut silvestre aliquid canerem suasere. [...] tantum ingenio locus calcar addiderat.*” In: DOTTI, Ugo (Org.). *Le familiari*. Urbino: Argalia Editore, 1974. v. 2. p. 1097.

primeira écloga, acerca de ambos⁴. O cantor de Laura faz, então, uma afirmação fascinante:

*Sed quoniam id genus est quod nisi ex ipso qui condidit auditum, intelligi non possit, ne te inutiliter fatiges, primo quid dicam, deinde quid intendam brevibus explicabo.*⁵

ou seja, em tradução livre para português:

Mas já que se trata de um gênero, que se não for explicado pelo autor não se pode compreender, para que não te canses inutilmente explicar-te-ei, primeiro, aquilo que digo e, a partir daí, a minha intenção.

Que quer isto dizer?

A resposta mais direta a esta questão parece ser a de que, desde o início do ressurgir do interesse pela écloga verificado com o Humanismo, esta foi definida como um enigma, no sentido mais comum da palavra,⁶ ou seja, para citar a definição do dicionário, uma “Proposição obscura, para ser decifrada ou adivinhada”, passível de ser entendida por quem conseguir obter “a chave do enigma: o pormenor que permite decifrá-lo”.⁷ No caso das éclogas, Petrarca adverte-nos quanto à dificuldade de acesso a essa *chave*: sublinha mesmo que só o autor é detentor dela e que, sem a sua ajuda, aquele que tentar entender o enigma pastoril “cansar-se-á inutilmente”.

Os esclarecimentos acerca dessa primeira écloga alongam-se até o final da epístola a Gherardo e detêm-se em cada pormenor do poema. Todos os elementos, da onomástica à paisagem, passando

⁴ A expressão usada pelo autor é: “*Ceterum quia nihil prius in animo erat, eglogarum prima de nobis ambobus scripta est*”. Op. cit., loc. cit.

⁵ Idem.

⁶ Idêntico ponto de vista se pode depreender já da famosa correspondência sobre o bucolismo trocada mais de vinte anos antes entre Dante e o mestre de retórica Giovanni da Virgílio, em que Alighieri se assume simultaneamente como autor e como sujeito de um texto que é ao mesmo tempo ficção pastoril e encenação de questões reais. Veja-se a esse respeito MARNOTO, Rita. O bucolismo como gênero e como modo. In: _____. *A Arcadia de Sannazaro e o Bucolismo*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. p. 15-25.

⁷ Cf. Enigma. In: *Enciclopédia luso-brasileira*. Lisboa: Verbo, 1972.

pelas referências incluídas no diálogo entre aqueles que assumem o discurso, são passíveis de uma leitura dupla: a pastoril, ficcional, e uma outra, contextual, alusiva a realidades exteriores ao texto. Essa duplicidade, ou “ambigüidade” para usar uma expressão que o próprio Petrarca emprega noutra lugar,⁸ constitui uma das características mais antigas e mais constantes do gênero. Nos textos pastoris que maior influência tiveram nos poetas portugueses do século XVI, como as *Eclogae* de Virgílio e a *Arcadia* de Sannazaro, o cenário idealizado que lhes serve de pano de fundo está carregado de pormenores obscuros, passíveis de serem interpretados como enigmas. Não nos deteremos aqui na análise das suas obras. Limitar-nos-emos a recordar que, tanto Virgílio como Sannazaro fazem conviver pastores imaginários com personagens reais, e episódios poéticos, imitados de fontes literárias anteriores, com alusões mais ou menos claras a incidentes contemporâneos.⁹ Não é este o lugar para nos debruçarmos sobre as práticas de Virgílio ou de Sannazaro: limitar-nos-emos a algumas reflexões sobre os textos de alguns dos herdeiros portugueses destes e a olhar mais de perto alguns dos enigmas que os seus textos propõem.

Seja o primeiro Bernardim Ribeiro, autor de cinco écloas exclusivamente redigidas em metros tradicionais que tratam, apenas, de amor. À exceção de Fauno, personagem da Écloga I, *Pérsio e Fauno*, o qual defende o primado da razão sobre as emoções, todas as personagens de Bernardim são pastores enamorados cuja paixão monopoliza o discurso. De écloga para écloga depara-se-nos sempre a mesma caracterização do sentimento amoroso: conta-se que nasce da visão da amada provocando, no amador, uma fuga da alma para junto dela. Privados da própria alma, os pastores de Ber-

⁸ No *Sine nomine liber*.

⁹ Para nos cingirmos apenas às alusões a personagens reais, nas écloas, recordemos brevemente as referências de Virgílio a Pollion, a Octavio, a César, ao poeta Cornelius Galus, à terra natal do autor, Mântua, e ao rio que lhe está próximo, o Mincio, etc. e, no caso de Sannazaro, a sua mãe, ao poeta catalão Cariteo, a Nápoles e ao rio Seбето, para já não falar dos numerosos acontecimentos contemporâneos que ambos referem e das numerosas citações mais ou menos claras da tradição bucólica anterior. Sobre essa matéria veja-se, no caso de Virgílio, a obra de HERMANN, Leon. *Les masques et les visages dans les Bucoliques de Virgile*. Bruxelas: s.e., 1930; e, para Sannazaro, a obra de TORRACA, F. *La materia dell'Arcadia del Sannazaro*. Città di Castello: s.e., 1888.

nardim Ribeiro não podem achar prazer em nada, descuram o gado, procuram ficar a sós com a sua dor, exilam-se das suas terras e desejam a morte. Nestas composições, a recorrência de situações de exílio e de episódios de traição por parte das pastoras amadas, aliados à ambiguidade característica do gênero e à quase inexistência de documentos biográficos sobre o poeta, constituíram um estímulo às capacidades especulativas da crítica que, ao longo dos anos, neles procurou ler fatos reais. Teófilo Braga, tomando as éclogas de Bernardim como um relato cifrado da sua vida, construiu uma biografia completa com base nos episódios pastoris acima descritos. Diz, por exemplo, em 1885:

Bernardim Ribeiro amou uma dama da côrte, a quem chamava pelo anagramma de Joanna (*Aonia*) [...] As cinco Eclogas, que compoz, são a história d'estes amores, com uma ingenuidade e verdade inimitáveis.¹⁰

Outro exemplo desta convicção constitui o seu comentário à Écloga II:

Na Ecloga II o interesse moral aumenta; fallam dois pastores *De extranhas terras nascidos*; a personalidade de Bernardim Ribeiro é evidente ao descrever a sua naturalidade, e como veio para a côrte em tempo das *pestes do Alemtejo*, quando as seccas e as fomes affligiam aquella provincia. O outro pastor é *Franco de Saudomir*, qu'outrora cantou *Celia*, nympha que "*Em Mondego se banhou.*" Evidentemente este interlocutor é *Francisco de Sá de Miranda*, e *Celia* é a denominação anagrammatica de *Elisa* ou Isabel Freyre [...]¹¹

Sabemos que a visão de Braga corresponde a uma postura bastante generalizada no tempo, que considerava o texto literário como um reflexo fiel da vida do seu autor, atitude que o levou, aliás, a especulações errôneas acerca de muitos escritores de várias épocas. No entanto, o fato de ter escolhido as éclogas como ponto de

¹⁰ *Curso de Litteratura Portugueza*, Lisboa, 1885, p. 207.

¹¹ Op. cit. p. 208.

partida para a edificação da biografia de Bernardim parece-nos significativo. Seduzido pela presença, no poema, de indícios do mundo exterior – fato que é, como vimos, característica do gênero –, o crítico entrou no jogo da decifração, certo de ter achado a chave para os enigmas que o texto propõe.¹²

Nesta e noutras tentativas de redução das ambigüidades do discurso bucólico a um discurso referencial, os nomes pastoris desempenham um papel importantíssimo. Como se sabe, a poesia bucólica do Renascimento criou uma onomástica própria, evocadora da Idade do Ouro e dos conceitos e valores a ela associados (como a bondade, a sinceridade, a simplicidade, etc.). Estas características estão também subjacentes à composição de nomes anagramáticos para designar personagens reais que são, assim, incorporadas no universo pastoril. Esses nomes funcionam como outros tantos enigmas disseminados ao longo das éclogas e contribuem para a ambigüidade do registro bucólico, sendo um dos elementos mais visíveis da dupla referencialidade que lhe está subjacente e constituindo uma provocação quase irresistível à curiosidade dos leitores.

No caso de Bernardim Ribeiro, mesmo muitas décadas depois das investigações de Teófilo, nos anos 60, António José Saraiva e Óscar Lopes partem, também, de um nome pastoril, que associam a elementos toponímicos e paisagísticos para tentar preencher as lacunas da sua biografia:

Um dos pastores da écloga *Jano e Franco* chama-se Franco de Sandomir, o que parece ser um anagrama ligeiramente alterado do nome de Francisco de Sá de Miranda, que teria sido, neste caso, seu companheiro. [...] Uma alusão claramente biográfica à “aldeia que chamam Torrão”, assim como outra alusão a um “monte” e rápidos apontamentos da paisagem alentejana permitem-nos afirmar, com boas probabilidades de acerto, que Bernardim Ribeiro era do Alto Alentejo, da actual Vila do Torrão.¹³

¹² Acerca das especulações de Braga sobre a biografia de Bernardim Ribeiro veja-se a obra de SALGADO JÚNIOR, António. *A Menina e Moça e o romance sentimental do Renascimento*. Separata da Revista *Labor*, s. l., v. 12-14, 1940.

¹³ SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 11. ed. Porto: Porto Editora, 1979. p. 235.

Do ponto de vista dos críticos aqui mencionados, tudo se passa como se o discurso pastoril pudesse ser traduzido – da língua da ficção para a língua da História – ou, se quisermos, como se, para a decifração dos enigmas que propõe, bastasse recorrer à *chave* do real.

Se as referências concretas dispersas que podemos ler nas éclogas do autor da *Menina e Moça* são demasiado vagas para assegurar com rigor a solidez do edifício construído sobre elas ao longo dos séculos, outras há que se revelam menos esquivas à interpretação do leitor. Os poemas do gênero redigidos por Diogo Bernardes são disso exemplo. Com efeito, para além de ser o cenário privilegiado para a expressão de confidências e de queixas amorosas, o universo pastoril evocado por Bernardes encontra-se permeado de reflexões sobre acontecimentos contemporâneos e é abalado por fenômenos da realidade concreta exterior. Para além de ser o lugar procurado pelos amantes infelizes que desejam ficar a sós com a sua dor, em Bernardes o “campo” é, também, afetado por catástrofes reais, como a peste ou a derrota de Alcácer Quibir, constituindo-se, simultaneamente, como o espaço a partir do qual é possível refletir acerca das implicações sociais, morais e cristãs da realidade. Verifica-se, na poesia desse autor, uma clivagem, entre os textos escritos antes do cativeiro de Marrocos e aqueles que compôs depois, numa época em que, desfalcado na sua fortuna pelo resgate pago, se vê dependente das suas relações na aristocracia cortesã para poder sobreviver com dignidade.

A Écloga XVI desse poeta, por exemplo, é a encenação do diálogo entre dois pastores: *Bieito* (cujo nome é significativo, uma vez que se trata do de um dos pastores das éclogas de Sá de Miranda) e *Diego*, nome alusivo ao próprio Bernardes. A conversa incide sobre a ida de Diego à “cidade”, fato que é estranhado por Bieito e que Diego justifica, explicando que vai pedir a dois amigos que o ajudem a sair da situação de “necessidade” em que ficou, depois de ter perdido “gado e pacigos” numa “guerra” a que chama “geral nossa desventura”. Como seria de esperar, o poema encontra-se evado de alusões enigmáticas mas, como veremos em seguida, a sua decifração não oferece dificuldades de maior. Assim, no início do poema encontramos o seguinte diálogo:

Bieito U te levam os pés tão apressado,
E que levas nas mãos, Diego amigo,
Que parece que vas delas pejado?

Em tempo tão ruim sais do abrigo,
Não deixarás passar a tempestade?
Certo que pouca conta tens contigo.

Diego Bieito, eu te direi, vou à cidade
E levo pés nas mãos, vou em maus dias,
Forçado da mais má necessidade. (vv. 1-9)

Mais adiante, a passagem obscura “levo pés nas mãos” surge esclarecida no texto:

Bieito Por não ficar em confusão metido
Te rogo finalmente que me dê
A uma fala tua o seu sentido.

Disseste que nas mãos levavas pés
Eu não te vejo pés que nas mãos leves,
Nem de cousa de pruma nem de rês.

Diego Às vezes homem solta falas leves.
Se tu a todas hás-de pedir prova
Em muitas, muitas faltas achar deves

Os pés de que falei são pés de trova (vv. 133-142)

De modo semelhante, quando Diego conta a Bieito que espera melhorar a sua situação com a ida à cidade e Bieito lhe pergunta quais são os amigos que poderão ajudá-lo, Diego responde:

Diego São dous e pera ir mais confiado,
Um tem de Cristo o nome, outro daquele
Que foi das suas chagas assinado (vv. 40-42)

e, um pouco mais adiante, o diálogo continua do seguinte modo:

Bieito Lembra-me que por Maio, ou por Abril,
 Já desses dous pastores nos cantaste
 Encerrado de novo o arrabil.

Que posto quem são não declaraste
 Seu nome vai voando pelo mundo
 Sem do tempo temer nenhum contraste.

O primeiro (olha tu se bem me fundo)
 De Cristo, ser Cristóvão se diriva:
 Pois certo que Francisco é o segundo.

Diego Bofé que tens mui grão maginativa,
 Uns nomes tem, tem um por sobrenome
 Moura, tem outro Sá de casta altiva (vv. 64-75)

Trata-se, evidentemente, de Cristóvão de Moura e de Francisco de Sá (Meneses). Como vemos, neste caso estamos perante referências enigmáticas que surgem acompanhadas, no texto pastoril, da chave da sua decifração. Porque o poema em causa tem um objetivo imediato – o de solicitar favores junto de personagens específicas – torna-se necessário esbater as ambigüidades de leitura. Os destinatários do texto são incorporados no discurso ficcional mas mantêm-se, intencionalmente, reconhecíveis. Sabemos exatamente quais as circunstâncias aludidas porque o autor nô-lo revela, pondo a nu os raciocínios subjacentes ao disfarce.

Antes de partirmos para mais conclusões acerca dessa matéria, gostaria de referir um último exemplo, retirado da obra de um dos poetas quinhentistas que maior número de écloas nos legou: Frei Agostinho da Cruz. Sabemos, da biografia desse autor, que passou a adolescência no meio cortesão, tendo entrado ao serviço do Duque de Guimarães, D. Duarte, aos catorze anos. Esse fato não o impediu de optar pela vida religiosa: professou aos 21 anos numa das ordens mais austeras do seu tempo, os capuchinhos. Passou então a residir na serra de Sintra até que, em 1605, com 65 anos, conseguiu obter autorização do Provincial para se retirar como eremita para a Arrábida, onde viveu até o resto dos seus dias (mais 14 anos). Essas circunstâncias marcaram profundamente a sua escrita, subor-

dinada ao ideal cristão pelo qual se rege. No caso das écloas, esse poeta transporta para o universo pastoril as mesmas inquietações de natureza religiosa presentes na sua restante poesia e usa o diálogo entre vários interlocutores como um meio privilegiado para expor argumentos destinados à conversão.

Os pastores e pescadores das écloas de Frei Agostinho da Cruz preocupam-se, acima de tudo, com a salvação das suas almas, queixam-se dos perigos e sofrimentos vividos em sociedade e elogiam a vida solitária dedicada à elevação do espírito. Nos seus debates, esta última é apresentada como o resultado de uma tomada de consciência, a que se chega através da dor. Entre os acontecimentos dolorosos na origem dessa mudança interior, contam-se a ingratidão de amigos e de príncipes e o amor não correspondido. No entanto, estas e outras alusões a possíveis dados biográficos nunca são claramente explicitadas, funcionando, antes, como ponto de partida para reflexões de alcance geral. Vejamos um exemplo retirado da écloa *Almilão e Galapo* (que começa: “Alegre venho ver-te no teu ermo”) que tem por assunto o diálogo entre dois pastores acerca das “perseguições” sofridas por um deles da parte de “invejosos” e “inimigos da virtude”. Diz Almilão:

Almilão

Alegre venho a ver-te no teu ermo
Onde, depois de sete anos passados
Tuas perseguições fizeram termo.

Dizem que os estrangeiros vão pasmados
De ver quão nesciamente os naturais
Em perseguir-te foram obstinados.

Digo, dos irmãos teus os principais,
Com seus familiares cobiçosos
De serem no governo oficiais. (vv. 1-10)

Aqui se expõe, uma vez mais, uma referência circunstancial de forma enigmática. É possível, contudo, depreender que terá havido, no passado, intrigas feitas por pessoas que ambicionavam um poder. Mas, depois de aludir a este fato, Almilão prossegue com as palavras seguintes:

A virtude tem firme fundamento,
E muito firme mais sendo encontrada,
E quanto mais maior merecimento.

Tanto que, se não for contrariada,
E dos mores imigos perseguida,
Não pode ser de todo confirmada. (vv. 23-28)

Como vemos, estes versos constituem uma sugestão clara de que aquilo que importa, no poema, não são as circunstâncias referidas mas, sim, a lição moral que delas se pode tirar. As contrariedades permitem fortalecer a virtude, as inimizades confirmam àquele que as sofre o verdadeiro caminho a seguir. O discurso prossegue com uma pergunta, que parece insinuar que teria havido uma inspeção do Padre Geral aos eremitas, a que Galapo responde:

Galapo

Nosso geral pastor é pastor qual
O Senhor escolheu no seu rebanho
Antre outros, mais dignos, outro tal.

A mudança foi breve, o caso estranho,
Que se por nosso bem não sucedera
Suceder não pudera um bem tamanho.

Nasceu de novo aqui a primavera,
Ouviu-se a voz da rola em nossa terra,
O ferro converteu-se em branda cera.

Depois que com seus pés subiu a serra
Entrando nesta lapa e nesta cela
A paz prevaleceu, cessou a guerra. (vv. 32-43)

E conclui tirando, uma vez mais, do ocorrido, um ensinamento moral de valor alargável:

Mas eu, que velho e calvo, escapei dela
Não deixo de entender que a vida humana
Acha sempre cabelos que arrepela.

O tempo que passei me desengana
No que passando vou, vou qual a folha
Leve que, em tronco seco o vento abana.

E posto que quieto me recolha,
Convém o vigiar-me como grou
Que a morte descuidado me não colha. (vv. 44-52)

Que podemos aprender com os exemplos recordados?

Eles alertam-nos, segundo cremos, para algumas características fundamentais do discurso pastoril. Lembram-nos, por exemplo, que este inclui freqüentemente alusões enigmáticas, correspondentes a associações e referências conhecidas apenas do seu autor (como dizia Petrarca em 1349) e incompreensíveis sem a sua ajuda. Procuram ainda chamar a atenção para o fato de que, quando o autor se dá ao trabalho de as tornar explícitas (como faz Bernardes) essa é, também, uma atitude significativa, que constitui mais um aspecto (enigmático) a decifrar. Mostram-nos, por outro lado, que tentar isolar, num texto bucólico, os elementos alusivos à realidade exterior a ele para a reconstituir (como fez Braga com as éclogas de Bernardim Ribeiro) não só não permite chegar a resultados rigorosos, como equivale a reduzir o elemento pastoril a uma simples máscara da História.

De fato, todas as referências, históricas ou ficcionais, que encontramos nas éclogas – sejam elas vagas, ou explícitas – se encontram a serviço de intenções que as ultrapassam. Isso é muito claro em poemas como os de Frei Agostinho da Cruz, mas vale também para o discurso pastoril no seu conjunto, que integra esses elementos num cenário imaginado, de alcance simbólico.

Em suma, não será, afinal, a verdadeira *chave* do enigma pastoril, esse valor duplo, ambíguo, simbólico, que todos os episódios, reais ou não, adquirem no universo dos seus textos?

REFERÊNCIAS

- BAYO, Marcial José. *Virgílio y la pastoral española del Renacimiento (1480-1550)*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1970.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes. Poesia e mística: Frei Agostinho da Cruz. *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, v. 4, p. 138-58, 1964.
- OBRAS COMPLETAS DE DIOGO BERNARDES. Lisboa: Sá da Costa, 1946. v. 2.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso. *O bucolismo português: a égloga do Maneirismo e do Renascimento*. Coimbra: Novalmedina, 1988.
- BRAGA, Teóphilo. *Curso de literatura portuguesa*. Lisboa: s.e., 1885.
- CARRARA, Enrico. *La poesia pastorale*. Milano: Vallardi, 1909.
- INVENTOSH, Herman. *Los nombres bucólicos en Sannazaro y la pastoral española: ensayo sobre el sentido de la bucólica en el Renacimiento*. Madrid: Castalia, 1975.
- LEVIN, Harry. *The Myth of the Golden Age in the Renaissance*. Bloomington and London: Indiana University Press, 1969.
- LOPEZ BUENO, Begoña (Org.). *La egloga*. Sevilla: Universidad de Sevilla; Grupo P.A.S.O., 2002.
- LOUGHREY, Bryan (Ed.). *The pastoral mode*. London: Macmillan, 1984.
- MENDES DOS REMÉDIOS, Joaquim. *Obras de Frei Agostinho da Cruz conforme a edição impressa de 1771 e os códices manuscritos das Bibliotecas de Coimbra, Porto e Évora*. Coimbra: França Amado Editor, 1918.
- MARNOTO, Rita. O bucolismo como gênero e como modo. In: _____. *A Arcadia de Sannazaro e o Bucolismo*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995.
- PETRARCA, Francesco. *Le familiari*. org. Ugo Dotti. Urbino: Argalía Editore, 1974. v. 2.
- POGGIOLI, Renato. *The oaten flute: essays on pastoral poetry and the pastoral ideal*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 11. ed. Porto: Porto Editora, 1979.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de. *Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, Obras*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923. 2 v.

